

L      E      I      Nº 1.695/90

Data: 30 de setembro de 1990.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município,  
para o exercício financeiro de 1991.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do  
Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1991, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, compostas pelas receitas e despesas dos órgãos da Administração direta, indireta, fundações e fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta deste Orçamento, estima a receita em Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será utilizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento.

**1. RECEITA DO TESOUREIRO**

**1.1 RECEITAS CORRENTES**

Receita Tributária Cr\$ 187.900.000,00

Receita Patrimonial Cr\$ 20.300.000,00

Receita Industrial Cr\$ 2.756.500.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 22.000.000,00

Outras Receitas Correntes Cr\$ 2.995.400.000,00

**1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

Operações de Créditos Cr\$ 1.000.000,00

Alienação de Bens Cr\$ 1.300.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 2.000.000,00

Outras Receitas de Capital Cr\$ 300.000,00

Cr\$ 4.600.000,00

SUB-TOTAL Cr\$ 3.000.000.000,00

## 2 – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, FUNDAÇÕES E FUNDOS

2.1 RECEITAS CORRENTES Cr\$

2.2 RECEITAS DE CAPITAL Cr\$

TOTAL DA RECEITA Cr\$ 3.000.000.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

### I – PODER LEGISLATIVO

100 – Câmara Municipal Cr\$ 143.000.000,00

### II – PODER EXECUTIVO

200 – Executivo Municipal Cr\$ 150.000.000,00

300 – Departamento Administrativo Cr\$ 300.000.000,00

400 – Departamento da Fazenda Cr\$ 250.000.000,00

500 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$  
1.057.000.000,00

600 – Departamento de Educação e Cultura Cr\$  
750.000.000,00

700 – Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$  
350.000.000,00

TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DO TESOURO  
Cr\$ 3.000.000.000,00

Despesa à conta de recursos próprios da Administração Indireta, Fundações e Fundos. Cr\$ -.

TOTAL DAS DESPESAS Cr\$ 3.000.000.000,00

Art. 4º - Os órgãos da Administração Indireta, Fundações e Fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta desta Lei, terão Orçamento próprios elaborados e aprovados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único – Os Orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por decreto do Poder Executivo Municipal, na forma do parágrafo 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - O Executivo Municipal é autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 12% (doze por cento) do total da despesa fixada nesta Lei.

Art. 6º - Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais, as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Parágrafo Único – As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computadas para efeito do limite fixado no artigo 5º desta Lei.

Art. 7º - Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal é autorizada a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de créditos por antecipação da receita até o limite fixado na Constituição Federal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1991, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 1990.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

